



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA

RESOLUÇÃO Nº 361/69

Aprova medidas relativas à adoção do Concurso Vestibular Unificado.

Faço saber que o Conselho Universitário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Concurso vestibular, previsto no art. 17, alínea a, da Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, abrangerá os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do segundo grau, sem ultrapassar este nível de complexidade para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para os estudos superiores, conforme disposto no art. 21, da lei citada.

Parágrafo único – O Concurso Vestibular será idêntico, em seu conteúdo, para todos os cursos ou áreas de conhecimentos afins e unificado em sua execução, dentro do prazo de três anos, contado a partir da data de vigência da lei referida neste artigo, observadas as disposições do Estatuto e Regimentos.

Art. 2º - Enquanto não definidos os critérios regimentais da adoção do Concurso Vestibular unificado, no período transitório destinado às adaptações indispensáveis, a U.E.G. o distribuirá por setores, tendo em vista a afinidade dos conhecimentos a serem comprovados pelos candidatos nas respectivas áreas.

Art. 3º - A Junta Permanente de Consulta, instituída nos termos da Resolução nº 318, de 16 de junho de 1967, apresentará à aprovação do reitor as normas aplicáveis ao Concurso Vestibular a realizar-se com relação ao ano letivo de 1970.

§ 1º - O órgão referido neste artigo adotará, como base dos estudos e soluções, o anteprojeto elaborado pela Secretária Geral, constante no proc. 1874, deste ano, sem prejuízo das alterações que considerar convenientes.

§ 2º - O reitor aprovará o texto que a Junta Permanente de Consulta lhe recomendar, no exercício da delegação prevista no art. 7º, item XIX, da Resolução nº 270, de 14 de julho de 1965, após ouvir os membros do Conselho Universitário e considerar as sugestões ou reparos que lhe apresentarem em prazo razoável.

Art. 4º - O Reitor poderá ouvir quaisquer membros do Conselho Universitário sem assento na Junta Permanente de Consulta, mediante convocação, nas reuniões que vierem a ser realizadas pelo referido órgão para o fim previsto nesta Resolução.

Parágrafo único – Se as opiniões não se harmonizarem, no assentamento das soluções, o Reitor restituirá ao Conselho Universitário a competência para decidir em caráter conclusivo.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA

(Continuação da Resolução nº 361/69)

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

UEG, em 9 de setembro de 1969.

JOÃO LYRA FILHO
Reitor